

A NEUROPSICOPEDAGOGIA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

NEUROPSYCHOPEDAGOGY AND EDUCATIONAL INSTITUTIONS



DANIELE APARECIDA DE MEDEIROS VAZ

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera Ano de conclusão (2015); Especialista em pós-graduação em psicomotricidade (2022) pela Faculdade Campos Salles; Especialista em pós-graduação de Neuropsicopedagogia institucional e clínica (2025); pela faculdade Farmart Professora de Educação Infantil na prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Este texto propõe investigar temas relacionados à abrangência da neuropsicopedagogia nas escolas públicas e particulares. A neuropsicopedagogia é um campo do saber que integra de maneira consistente outras áreas do saber e valores de diversas disciplinas das Humanidades: incluindo a Psicologia, Educação, Sociologia, Antropologia, compreendendo as barreiras enfrentadas pelo indivíduo no processo de construção do conhecimento, da educação e dos aspectos mentais e sociais. Um neuropsicopedagogo aborda desafios e procura resolver os problemas enfrentados pelos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Uma criança com obstáculos de aprendizagem pode apresentar lacunas de inteligência, de visão e audição afiadas, tentando seguir as orientações, concentrar-se e comportar-se bem em casa e na escola. Sua dificuldade reside em entender, processar e dominar as tarefas e informações, e então desenvolvê-las posteriormente. Os objetivos deste texto incluem: explorar um pouco mais sobre neuroeducação; discutir aspectos relevantes sobre a importância da neuroeducação nas escolas e definir a relevância da intervenção neuropsicopedagogia. A metodologia empregada neste texto foi através de pesquisa bibliográfica, baseada em autores que sustentam o tema em questão.

Palavras-chave: Saberes; Desafios; Diretrizes.

ABSTRACT

This text aims to investigate issues related to the scope of neuropsychopedagogy in public and private schools. Neuropsychopedagogy is a field of knowledge that consistently integrates other areas of knowledge and values from various disciplines in the Humanities: including Psychology, Education, Sociology, Anthropology, understanding the barriers faced by the individual in the process of constructing knowledge, education and mental and social aspects. A neuropsychopedagogue addresses challenges and seeks to solve problems faced by students in the teaching-learning process. A child with learning obstacles may have gaps in intelligence, sharp vision and hearing, and try to follow directions, concentrate and behave well at home and at school. Their difficulty lies in understanding, processing and mastering tasks and information, and then developing them further. The aims of this text include: exploring a little more about neuroeducation; discussing relevant aspects of the importance of neuroeducation in schools and defining the relevance of neuropsychopedagogy intervention. The methodology used in this text was bibliographical research, based on authors who support the theme in question.

Keywords: Knowledge; Challenges; Guidelines.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo geral descrever a importância da neuropsicopedagogia nas instituições de ensino. Atualmente, a sociedade enfrenta transformações rápidas e intrincadas devido à abundância e diversidade de informações em circulação.

A problematização que cerca esse artigo é reconhecer a importância dos do neuropsicopedagogo, ao qual pode diagnosticar as dificuldades de aprendizagem de uma criança durante o período de alfabetização, realizando uma avaliação minuciosa dos obstáculos perante às dificuldades que os alunos apresentam.

A metodologia presente nesse artigo se dá por meio de uma pesquisa bibliográfica, com a corroboração de autores que denotam a respeito do tema em questão.

A justificativa desse trabalho é mostrar que uma criança com dificuldades específicas de aprendizagem pode ter padrões de percepção do ambiente externo pouco convencionais. Seus padrões neurológicos podem ser distintos dos de outras crianças da mesma faixa etária, resultando, no entanto, em desafios escolares ou comunitários em comum. A neuropsicopedagogia propõe atividades envolventes de leitura e escrita, com o intuito de proporcionar à criança experiências significativas, estimulando seu interesse por temas interessantes e promovendo uma interação significativa com o conhecimento.

Uma boa educação é reconhecida por seu poder transformador na vida das pessoas. O que é novo é a crescente demanda por essa transformação. Os governos estão investindo mais do que nunca na educação de seus cidadãos, visando prepará-los para competir no mercado de trabalho global. Uma classe média global em expansão está destinando uma parcela maior de seus recursos financeiros para a educação de suas famílias. Nesse sentido, a presença de neuropsicopedagogos nas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, torna-se extremamente relevante.

DESENVOLVIMENTO

INTERVENÇÃO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

Indivíduos diferem uns dos outros, cada um apresentando habilidades ou dificuldades únicas, o que influencia na velocidade de aprendizado durante o processo educacional. A aprendizagem é, portanto, um processo individual. De acordo com Ferreiro (1994): "A aprendizagem envolve não apenas quem ensina e quem aprende, mas também a natureza do conhecimento envolvido nesse processo." (FERREIRO, 1994, p. 67)

A presença de outras pessoas é fundamental no processo educacional, pois este envolve troca, interação e participação, resultando em um confronto de diferentes hipóteses e pontos de vista. A presença do outro é essencial para a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma troca valiosa de informações.

A escola deve acolher todas as crianças, porém nem sempre as necessidades daqueles com deficiências são devidamente atendidas, devido à falta de profissionais qualificados para lidar com casos de inclusão, como é o caso do neuropsicopedagogo, que poderia contribuir com diagnósticos e tratamentos adequados para cada situação. A inclusão é um tema amplamente discutido atualmente, sendo essencial um olhar cuidadoso e um trabalho dedicado às crianças com necessidades especiais, para evitar a exclusão. A atuação de um neuropsicopedagogo torna-se, portanto, crucial para garantir diagnósticos e tratamentos adequados em cada cenário.

Por meio de estímulos variados introduzidos pelo neuropsicopedagogo durante o trabalho com as crianças, é possível alcançar resultados significativos e satisfatórios durante o processo de ensino e aprendizagem, superando paradigmas tradicionais e fornecendo diretrizes para uma educação diferenciada.

A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SEU PAPEL NA INCLUSÃO ESCOLAR

Para garantir que as crianças desfrutem de seus direitos desde o nascimento, existem leis que as protegem e atribuem responsabilidades aos responsáveis e ao Estado, visando efetivamente a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade. Antes do descobrimento do Brasil, entre os povos indígenas, crianças nascidas com deformidades eram sacrificadas. Posteriormente, a medicina jesuíta surgiu como uma opção para muitas pessoas de baixa renda. Nesse período, houve os primeiros esforços em relação à Educação Especial, durante o período jesuíta.

Atualmente, convivemos com duas escolas coexistentes no mesmo espaço, como afirmado por Cury, Marin e Bueno (2010, p. 6):

Uma escola se considera detentora da verdade e do saber, sem reconhecer processos formativos além de suas fronteiras, enquanto a outra, ao buscar a universalização do acesso, se declara democrática, porém acaba validando as trajetórias daqueles provenientes das classes dominantes. Ambas se encontram, não se reconhecem, mas são constrangidas, ao menos pela formalidade da lei, a se reconhecer e se aproximarem.

A evolução das sociedades tem evidenciado a exclusão como um processo simultâneo e desigual à inclusão. A inclusão social consiste em um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão, tornando a sociedade um local propício para a convivência entre pessoas de diferentes origens e habilidades, garantindo seus direitos, necessidades e potencialidades, conforme estabelecido pelos Direitos Humanos. A educação é um direito e um dever do Estado, das famílias e da sociedade, visando o pleno desenvolvimento individual, a qualificação para o trabalho e a inclusão escolar, conforme estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Ao longo de décadas, o problema da exclusão social no Brasil persiste, apesar de sua gravidade e das consequências para uma grande parcela da população brasileira. A industrialização brasileira, conduzida em um padrão imitativo de consumo, modificou, sem superar, todas as formas de dependência, reforçando o elitismo e a exclusão social.

ALTERAÇÕES NA HISTÓRIA DA INCLUSÃO

O Brasil experimentou numerosas transformações ao longo do século XX; entretanto, as disparidades sociais permaneceram inalteradas. Portanto, a identificação do complexo cenário de diferenças sociais e regionais assume uma importância crucial diante das atuais oportunidades de combater a exclusão no país.

Neste sentido, não é apropriado associar a percepção da exclusão apenas à condição oposta de inclusão social. Esse conceito de polaridade é verídico, revelando que ao longo da história da sociedade humana, a igualdade não tem sido predominante; pelo contrário. Contudo, a evolução das civilizações tem destacado a exclusão como um processo simultâneo e desigual em relação à inclusão. Em outras palavras, o progresso de um país pode gerar tanto condições de inclusão quanto de exclusão.

Em sociedades mais carentes e/ou desiguais, a exclusão social pode ser mais evidente, especialmente na diferenciação entre os bem-nutridos e os famintos. Conforme as sociedades incorporam novas realidades, como a urbanização, surgem demandas adicionais por uma existência digna, indo além do simples critério de sobrevivência. Voltando ao Brasil Colonial, surgem outros eventos e curiosidades. Os primeiros hospitais brasileiros surgiram a partir de iniciativas da Igreja Católica, frequentemente estabelecidos como locais destinados a amparar uma ampla gama de excluídos: órfãos, mães solteiras, idosos, pobres e, naturalmente, doentes, estabelecendo assim uma cultura assistencialista. E não faltaram doenças, epidemias e aflições debilitantes. Os colonos portugueses, por exemplo, enfrentaram grandes desafios devido à quantidade de insetos prejudiciais à sua saúde e bem-estar, juntamente com as enfermidades típicas dos trópicos e características de uma terra ainda não explorada.

Se a associação entre deficiência e doença foi construída ao longo de nossa história como uma questão sempre tratada em ambientes hospitalares e de assistência, outros fatores também contribuíram para essa mentalidade. No Brasil, especialmente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, houve um considerável número de médicos que investigaram e realizaram estudos científicos sobre pessoas com diversas deficiências, preocupando-se também com a educação das crianças. A medicina começou a influenciar as propostas educacionais para essas pessoas, principalmente por ser uma das mais antigas áreas de estudo no Brasil, juntamente com a formação militar, fornecendo profissionais aptos para essa tarefa desde o início.

Estamos em uma sociedade na qual a maioria sobrevive, com uma minoria desfrutando dos prazeres e riquezas da vida; uma sociedade estruturada para criar dominadores e dominados, opressores e oprimidos, líderes e liderados. Tanto a história da educação brasileira quanto os processos de escolarização são marcados pelos contrastes da sociedade moderna.

INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS

A importância da Língua de Sinais, a garantia de sua aprendizagem e seu uso vêm sendo reconhecidos como fundamentais no atendimento educacional de crianças com deficiência auditiva.

O Brasil enfrenta, neste início de século e milênio, uma série de desafios na área da Educação, especialmente no campo da Educação Especial. Neste contexto, os brasileiros precisam superar os obstáculos objetivos e subjetivos que têm impedido ou dificultado o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, aspectos que já foram superados em várias nações décadas atrás. Nesse contexto, Mazzotta destaca:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos para atender às necessidades dos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, resultaram em medidas educacionais. Essas iniciativas educacionais se expandiram, primeiramente para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, incluindo o Brasil. Uma análise dessas medidas revela que até o final do século XIX, várias expressões eram utilizadas para se referir à educação de portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Alguns desses termos continuam a ser empregados, apesar de sua inadequação, na minha opinião. (MAZZOTTA, 1999, p.17) Diante desse panorama, é essencial garantir que os direitos conquistados ao longo da história sejam preservados, proporcionando condições favoráveis para a inclusão social e, conseqüentemente, para a educação de todos os alunos, visando alcançar níveis mais elevados e efetivar a educação como um direito de todos, garantindo o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. É evidente que cada surdez e cada surdo possuem uma história individual, como qualquer outra pessoa, mas a surdez deve ser abordada de maneira mais consciente pela sociedade. Busca-se questionar o habitual para destacar os principais aspectos no estudo dos processos de significação da surdez e dos surdos na sociedade contemporânea: a questão cultural, o poder, as identidades e a educação. Esta última será abordada no próximo subtítulo.

A educação de crianças surdas tem sido considerada como uma meta a ser alcançada, uma vez que as abordagens educacionais até agora não têm sido suficientemente eficazes (com exceção de algumas experiências) para permitir que as crianças e adolescentes surdos atinjam o mesmo desenvolvimento acadêmico, social e profissional que os ouvintes. A preocupação em alcançar uma educação eficaz, ou seja, permitir que essas crianças e adolescentes utilizem plenamente suas habilidades, tornando-se indivíduos surdos completos, participantes do mundo ao seu redor, interagindo com outros indivíduos, sejam surdos ou ouvintes, em condições de igualdade. Diversas

pesquisas levantam questões sobre os aspectos que permeiam esse aprendizado, e é possível observar que muitas delas apontam para um ponto comum: onde reside a causa do fracasso escolar das crianças e dos adolescentes surdos? Durante muito tempo, acredita-se que o fracasso escolar enfrentado pelas crianças surdas estava ligado à própria surdez. Acreditava-se, mais especificamente, que a surdez gerava um déficit cognitivo responsável pela dificuldade escolar.

Atualmente, compreende-se que essa não é a realidade. Os surdos têm potencialmente as mesmas capacidades que os ouvintes para o desenvolvimento da linguagem escrita, do raciocínio lógico e de outras habilidades necessárias para a aprendizagem, mas para que isso ocorra, suas necessidades específicas (como a perda auditiva, a falta de acesso à linguagem oral da mesma forma que as crianças ouvintes e a percepção do mundo de maneira distinta dos ouvintes) devem ser consideradas e respeitadas.

Estudos sobre o desenvolvimento da linguagem escrita (LIST, 1990; SVARTHOLM, 1994; DAVIES, 1994) indicam que esse processo ocorre com base no conhecimento prévio da linguagem, ou seja, a aprendizagem depende do desenvolvimento prévio de uma primeira língua, que, para os ouvintes, é a língua oral. Isso não significa que a escrita seja simplesmente uma transcrição da linguagem oral, mas sim que a compreensão de um texto escrito só é possível a partir de uma primeira língua. No entanto, para os surdos, qual é essa primeira língua? De acordo com (LIST, 1990, p. 35), os surdos, apesar de estarem expostos à linguagem escrita desde o nascimento, estão em desvantagem em comparação com a população ouvinte, pois, embora a linguagem escrita tenha suas particularidades e características próprias, ela é baseada em um sistema alfabético derivado dos sons da fala, o que torna a língua escrita de difícil acesso para os surdos.

Portanto, acredita-se na valorização da língua natural dos surdos, que é a Língua de Sinais, reconhecida em nosso país. Vários autores preocupados com a educação dos surdos no Brasil têm identificado esses problemas (FERNANDES, 1989; TRENCH, 1995; MELO, 1995) e apontado possíveis caminhos para a prática pedagógica (GÓES, 1996; LACERDA, 1996). O método oral, seja acupédico ou multissensorial, fundamenta-se em uma série de princípios para auxiliar a criança no desenvolvimento da fala e da audição. Assim, o aprendizado da linguagem escrita está diretamente ligado à oralidade.

Conforme NORTHERN & DOWNS (1978, p. 72): O pressuposto fundamental do oralismo é que toda criança surda deve ter a oportunidade de se comunicar por meio da fala. Essas crianças não devem ser misturadas com aquelas que se comunicam por gestos, para que não percam a oportunidade de se comunicar oralmente. O treinamento da fala e da leitura orofacial permite uma adaptação mais rápida ao mundo que as cerca, que é falante e ouvinte. Com base nesses pressupostos, a visão oralista defende a inclusão das crianças surdas nas escolas regulares, pois a fala é considerada a base para todo aprendizado. A insatisfação com o Oralismo e as pesquisas sobre Língua de Sinais

deram origem a novas abordagens pedagógico-educacionais para a educação dos surdos, e a tendência que ganhou força nos anos 70 foi a Comunicação Total - Bimodalismo.

O Bimodalismo surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos como resultado de pesquisas sobre a Língua de Sinais (STPKOE, 1960) e da constatação de um melhor desempenho acadêmico de crianças surdas em comparação com seus colegas ouvintes (MOORES, 1978). No entanto, por trás desses estudos, havia uma grande insatisfação com os resultados obtidos durante quase um século de educação oralista.

Definida como "uma filosofia que incorpora formas de comunicação auditivas, manuais e orais adequadas para garantir uma comunicação eficaz com pessoas surdas" (SCHINDLER, 1988), inicialmente foi chamada de Comunicação Total.

Como concepção original, a filosofia da Comunicação Total propunha expor a criança ao maior número possível de formas de comunicação (auditiva, oral, sinalizada, escrita etc.) para que ela pudesse adotar aquela mais adequada ao seu desenvolvimento global, sem favorecer uma forma específica, mas sim visando ao desenvolvimento pleno, de acordo com as capacidades individuais de cada criança.

O desenvolvimento global abrange o desenvolvimento linguístico, intelectual, social, acadêmico e emocional da criança.

No Brasil, a prática conhecida como Comunicação Total ou Bimodalismo envolve o uso simultâneo de sinais da Língua de Sinais e da Língua oral. A estrutura linguística apresentada às crianças é predominantemente da língua oral. Nessa abordagem, as crianças são expostas a uma combinação de sinais retirados da Língua de Sinais e da Língua oral, o que pode influenciar o desenvolvimento da leitura e escrita com base na leitura dos lábios, na articulação própria, nos resíduos auditivos, no alfabeto datilológico e nos sinais.

No entanto, existem críticas aos sistemas combinados, outra forma de se referir ao Bimodalismo. Uma das principais críticas diz respeito à apresentação concomitante da Língua oral juntamente com os Sinais. Devido às diferenças significativas entre a Língua Oral e a Língua de Sinais, a segunda acaba sendo adaptada e estruturada na ordem da língua falada, o que pode resultar em sua subjugação e desrespeito. Concomitantemente ao desenvolvimento das propostas de Comunicação Total ou Bimodalismo, os estudos sobre Línguas de Sinais foram se tornando mais estruturados, resultando em alternativas educacionais para uma abordagem Bilíngue. A proposta de Educação Bilíngue pressupõe que os surdos adquiram competência em duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua utilizada pela maioria ouvinte, que é o português. Uma educação baseada no bilinguismo implica em reconhecer que os surdos possuem uma cultura própria. Durante muito tempo, negamos essas características culturais e sociais dos surdos. O respeito às diferenças é o primeiro passo para a implementação de um sistema educacional baseado no bilinguismo. Tanto os surdos quanto os

ouvintes que convivem com essa comunidade devem aceitar e respeitar as diferenças culturais entre as comunidades surdas e ouvintes.

Embora a proposta de educação bilíngue envolva o uso de duas línguas, tanto pelos surdos quanto pelos profissionais da área, pode parecer utópico em algumas situações. No entanto, muitos profissionais e educadores estão empenhados em tornar essa conquista uma realidade.

A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AUXILIAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO

A inclusão é um processo social que visa apoiar pessoas com deficiência que anteriormente eram marginalizadas. Para compreender também as leis que protegem as pessoas com deficiência, é essencial que o neuropsicopedagogo, ou qualquer outro profissional que trabalhe com essas pessoas, realize uma análise detalhada. A inclusão educacional é um sistema no qual a comunidade educativa se empenha em garantir que a maioria de seus alunos tenha sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Em 1994, o Brasil participou da Declaração de Salamanca, na qual muitos países assinaram um documento sobre inclusão. Segundo a Wikipedia, "A Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994) é uma resolução das Nações Unidas que aborda os princípios, políticas e práticas em educação especial." De acordo com a Declaração de Salamanca (UNICEF, 1994, p. 5). A educação inclusiva é a forma mais eficaz de promover a solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. A colocação de crianças em escolas especiais, em turmas especiais ou em sessões especiais permanentes dentro da escola deve ser uma exceção, recomendada apenas em casos raros, nos quais seja claramente demonstrado que a educação na classe regular não atende às necessidades educacionais ou sociais da criança, ou quando for solicitada em benefício do bem-estar da criança ou de outras crianças. Em 1996, o Brasil promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito de acesso e permanência na Educação para Todos (BRASIL, 1996). Em seu artigo 59, declara que: Os sistemas de ensino devem proporcionar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organização específicos para atender às suas necessidades; [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integrar esses educandos nas classes comuns. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001a, p. 39), a Educação Especial é: Uma modalidade da educação escolar; um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, garantindo um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos,

substituir os serviços educacionais comuns, a fim de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. É evidente que a inclusão de pessoas com deficiência é um dos temas mais discutidos na Educação atualmente, devido às dificuldades enfrentadas anteriormente no trabalho com esse grupo de pessoas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 e 208, estabelece que: Art. 205 - A educação, um direito de todos e um dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Art. 208 - O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...].

Segundo Ross (2004, p. 57): "A legislação brasileira está entre as mais avançadas no que diz respeito ao respeito aos direitos sociais e educacionais, garantindo a participação igualitária das pessoas com deficiência em diversas esferas da sociedade." A Neuropsicopedagogia está ganhando cada vez mais espaço nas escolas, permitindo a implementação de políticas de inclusão no ambiente escolar. A atuação desse profissional envolve diagnosticar os alunos com necessidades especiais e adotar medidas apropriadas para cada caso. É essencial que as políticas públicas priorizem a capacitação e formação contínua de professores para trabalhar com alunos com deficiência na educação básica, visando aprimorar o desenvolvimento desses alunos no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É crucial que o processo de inclusão seja efetivado nas escolas para cumprir as leis, eliminando vestígios de uma sociedade que historicamente marginalizou e discriminou pessoas com deficiência. A promoção da inclusão através de abordagens neuropsicopedagógicas implica na integração do aluno com deficiência na escola e com os demais alunos, com foco nas mudanças no ambiente escolar que atendam às necessidades individuais desse aluno.

A inclusão escolar busca matricular todos os alunos com deficiência na escola regular, preferencialmente na sala de aula comum, incluindo aqueles provenientes da Educação Especial. A escola deve ser um espaço educacional acessível a todos, evitando segregações e exclusões.

Incluir vai além da presença física; significa reconhecer que as pessoas aprendem de maneiras diversas e em ritmos distintos. A diversidade enriquece o processo educacional, respeitando e valorizando as diferenças. O desenvolvimento da criança abrange aspectos físicos, intelectuais,

emocionais e sociais, destacando a importância da presença da neuropsicopedagogia para contribuir com um desenvolvimento holístico das crianças, auxiliando na construção de bases sólidas para o futuro adulto.

REFERÊNCIAS

AGUERA, L. G. **Além da Inteligência Emocional: As cinco dimensões da mente**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ALLEBRANDT-PADILHA, Sandra Marisa. **Pressupostos epistemológicos na educação do deficiente mental ao longo dos tempos**.

ARSENIO, Ione. **Análise dos obstáculos à inclusão escolar da pessoa com deficiência: uma revisão da literatura especializada**. São Carlos: Suprema Gráfica, 2007.

BLAKEMORE, S. J.; FRITH, U. **O cérebro que aprende**. Lisboa: Gradiva, 2009.